

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E TREZE

-----Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, pelas vinte horas dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Batista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Concessão de exploração do Bar/Restaurante das Piscinas Municipais e do Bar de Apoio às piscinas exteriores;-----

-----2. Concessão de Exploração do Bar – “Docas 2” do Parque Verde da Vila;-----

-----3. Regulamento da Venda Ambulante do Município de Porto de Mós;-----

-----4. Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Porto de Mós;-----

-----5. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- **1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:** -----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: António Fernando Pardal da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Alvados – PSD), Manuel Correia Vala (PSD); António Pereira Carvalho (PS).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro, Anabela Martins, e Luís Manuel Coelho de Almeida e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de janeiro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

----- **2. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dizer que neste momento existem duas atas para aprovar e que são a da sessão extraordinária de 23 de novembro e a da sessão de 20 de dezembro. Dado que por motivos de saúde a funcionária não teve condições de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concluir a ata da última sessão, esta será objeto de aprovação na sessão de abril. Tendo a ata da sessão extraordinária sido enviada a todos os deputados e não havendo pedidos de intervenção, foi essa posta a votação, tendo a mesma sido **aprovada por maioria com duas abstenções de Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD) e Marta Teresa Ferreira Neto (PS)**.-----

-----2. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a dar algumas informações sobre documentação e expediente recebido no período compreendido entre a data da realização da última sessão e esta mesma. Começou por referir que, com publicação de 28 de janeiro foi publicada e Diário da Republica a lei nº 11-A/2013 da reorganização administrativa do território das freguesias. Trata-se da lei final que estabelece qual será a organização administrativa do território em cada um dos concelhos e foi remetida para todos os presidentes de Junta de Freguesia.-----

-----O senhor Vice Presidente da Câmara, informou, enviou-lhe um documento que reputa como um grande contributo no sentido de se poder discutir com mais clareza os processos de interesse público municipal, dizendo que o mesmo foi remetido a todos os deputados municipais com o pedido de qualquer achega ou contributo, respondendo-lhe o Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire, dizendo que nada tinha a acrescentar e o deputado municipal António Pires que deu também um contributo individual. Continuou dizendo que iria agendar para a próxima sessão da Assembleia Municipal de Abril a discussão deste assunto pedindo a António Pires e ao senhor Vice Presidente que elaborassem um documento de consenso para vir à Assembleia para que possa ser aprovado e para que possa ser um documento de suporte para as decisões aqui tomadas.-----

-----O senhor Vice Presidente pediu a palavra para dizer que por força de alteração legislativa muito recente, a necessidade da emissão de interesse publico municipal deixou de existir para a legalização das situações que têm vindo aqui a esta Assembleia para esse efeito.-----

----- Na sequência desta informação o senhor Presidente da Assembleia passou a dizer que ficaria então sem efeito esse agendamento.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia continuou dizendo que, na sequência dos temporais que assolaram o país na terceira semana de janeiro, a senhora deputada Ana Narciso enviou-lhe um documento de protesto que já enviou também ao senhor Presidente da Câmara, e que passou a ler:-----

-----*Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós:*-----

-----*Na última Assembleia Municipal as minhas palavras foram premonitórias sobre o que aconteceu no último fim de semana entre 18 e 20 de janeiro de 2013. O concelho esteve mais de 50*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

horas sem energia, sem rede e em alguns sítios sem água. Sou aqui porta-voz de muitos cidadãos cansados desta situação lamentável, de ficarmos sem energia logo que haja um relâmpago ou uma chuva mais forte. Há mais de trinta anos que assim é, inverno atrás de inverno, ano após ano, executivo após executivo. Podem argumentar que a situação foi de exceção e não afetou só Porto de Mós, mas para uma situação com esta gravidade lamento o silêncio da comunicação da Câmara e do Serviço Municipal de Proteção Civil com quem não se conseguia qualquer contato mesmo em zonas onde era possível estabelecer ligação. É assim que asseguramos a segurança das populações? É assim que acautelamos o prejuízo causado às famílias portomosesenses para além do inevitável incómodo e transtorno nas atividades das famílias e das empresas? Assim sendo, apresento o meu veemente protesto pela forma ausente como se tratou desta situação. Sem outro assunto, atentamente, Ana Narciso (eleita pelo PSD).-----

-----Também o deputado municipal Pedro Vieira, fez um requerimento à Assembleia Municipal nos seguintes termos:-----

-----"Requerimento de relatórios dos parques industriais do município de Porto de Mós:-----

-----O agudizar da crise económica provoca-me elevada preocupação no que respeita à sustentabilidade do tecido empresarial do nosso município. Nesse sentido, venho por este meio, ao abrigo do disposto no artigo 43º do Regimento da Assembleia Municipal de Porto de Mós, solicitar ao Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós, por intermédio de V. Excelência, o seguinte: que me seja remetido, preferencialmente em forma digital o Regulamento dos Parques Industriais no que concerne às concessões/vendas para instalações de empresas no nosso concelho. Com os meus melhores cumprimentos (Pedro Lavado Gomes Vieira – PS)".-----

-----O senhor Presidente da Câmara fez chegar ao senhor deputado municipal, em formato digital o Regulamento da Zona Industrial do Juncal, o Regulamento da Zona Industrial de Porto de Mós e o Regulamento da Zona Industrial de Mira de Aire. -----

-----Disse depois ter recebido do Partido Socialista projeto de resolução que foi hoje discutido na Assembleia da República recomendando ao governo que repondere a definição dos limites da Zona Especial de Proteção do Campo Militar de S. Jorge de Aljubarrota. -----

-----Continuou dizendo que este assunto foi hoje discutido da Assembleia da República e que tendo lá estado também o senhor Presidente da Câmara, poderá dar mais alguma achega sobre esta questão, informando no entanto que este projeto não foi aprovado, tendo-se oposto o PSD e o CDS e ainda a ex Ministra da Cultura do Partido Socialista, Gabriela Canavilhas.-----

-----Disse depois que também recebeu da Associação de Moradores e Proprietários da área de influência do Campo Militar de S. Jorge, com detalhe, todo o processo de impugnação que foi para tribunal. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Continuou dizendo ainda que na última sessão foram atribuídos nesta Assembleia alguns louvores desportivos a atletas que se destacaram. Acontece que houve uma mãe que lhe enviou um e-mail lamentando que o *curriculum* desportivo da sua filha, Matilde Macedo Correia Vieira, não tivesse tido relevância para a atribuição. Tendo falado com o senhor Vereador do Desporto, de imediato reconheceu que foi um lapso, assim como aconteceu com Mafalda Amendoeira, pelo que foram convidadas a vir aqui hoje a receber os seus merecidos diplomas. Concluiu dizendo que se houver mais algum caso em que tenha havido alguma falha, esta Assembleia está aqui para o colmatar. Disse ainda que os diplomas serão entregues no período de antes da ordem do dia.-----

-----Disse depois que foi aprovado pela Câmara Municipal a atribuição da medalha de prata – mérito e altruísmo – à Associação Socorro Voluntário de S. Jorge. O senhor Presidente da Câmara manifestou vontade de atribuir hoje, aqui, esta medalha, tendo sido imediatamente acolhida a ideia, por ele próprio, Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----Continuou depois dizendo que também, conforme foi prometido pelo senhor Presidente da Câmara na última sessão da Assembleia Municipal, se encontram na sala Técnicas Superiores da Câmara Municipal para melhor esclarecerem os presentes sobre o Plano de Pormenor da Várzea.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que passou a fazer uma breve introdução sobre este assunto, dizendo que as duas técnicas superiores presentes, Arquitecta Ester Vieira e Dr.ª Helena Oliveira, geógrafa, responsáveis pela parte de urbanismo e planeamento municipal vieram aqui hoje para esclarecer uma dúvida que aqui foi levantada na altura pela deputada Ana Narciso sobre a questão da omissão no plano de pormenor das construções erigidas no espaço verde. Na altura, disse, teve oportunidade de dizer que as construções que foram erigidas no espaço verde não tinham que constar no plano de pormenor, uma vez que aquele prevê ali uma zona de verde de integração que permite as construções, desde que sejam edifícios da iniciativa da Câmara Municipal. No entanto como tinha ficado a promessa deste esclarecimento, pediu à Dr.ª Helena Oliveira que passasse a esclarecer a Assembleia Municipal sobre este assunto, o que a mesma passou a fazer, dizendo que relativamente à questão que foi levantada sobre os edifícios existentes atualmente no Parque Verde não terem sido integrados no Plano de Pormenor, a verdade é que aqueles edifícios e todo o conjunto que está implementado, não faziam parte do plano de pormenor inicial, ou seja, não eram um projeto concreto, assim como acontece com alguns equipamentos na zona desportiva. O plano reservou área especificamente para o uso que lhe está a ser dado atualmente e o que deve ser garantido é a compatibilização entre o uso previsto no plano e o que é efetivamente construído. Estas construções não foram incluídas, porque não faziam parte do projeto inicial, se o fossem, tratar-se-ia de uma atualização de cartografia e não de uma atualização do plano propriamente dito. Estar-se-ia a atualizar a cartografia base, que é uma coisa que não se pode fazer sem passar por um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

processo de homologação de cartografia. Disse depois que este assunto a leva a outro ponto que gostaria de esclarecer e que é o facto de a planta de implantação ser uma mistura entre uma imagem e um desenho. Isto assim acontece porque caso se quisesse apresentar um desenho completo, cartografia nova, ela teria que ser mandada elaborar, passar por um processo de homologação e só depois ser utilizada o que acresceria muito em termos de *timings* de elaboração da alteração do plano. Continuou dizendo que se pode avançar desta forma por se tratar de alterações pontuais ao plano, algumas situações que necessitavam de resolução urgente e só assim se pode avançar mais rapidamente.

Ana Maria Martins Narciso (PSD):

Disse que a questão é que no documento que foi distribuído e submetido a aprovação não constavam as construções, perguntando onde é que se podem ver essas construções, qual é o documento acessível aos deputados municipais, qual o documento em que essas construções existem no papel.

A técnica superior Helena Oliveira passou a explicar que efetivamente as construções existem, e por não ser necessário não estão incluídas no plano, podendo ser consultadas na cartografia mais atualizada disponível na Câmara Municipal. Neste momento o mais atualizado que existe é o ortofotomapa de 2010, ou seja, essas construções ainda não estão lá disponíveis. Disse depois estar disponível o projeto propriamente dito do Parque Verde onde existem as implantações das construções. Não foram integradas no plano, pelas razões já apresentadas, é que não seria uma atualização do plano mas sim da cartografia base com tudo o que isso implicaria em termos de tempo no processo de alteração do plano.

O senhor Presidente da Assembleia referiu que se houver algum deputado que queira esclarecimentos mais aprofundados sobre esta matéria que marque uma reunião na Câmara de forma a ter acesso a todos os documentos existentes.

António Manuel de Sousa Pires (PSD):

Usando da palavra disse ter-se falado que se iria hoje analisar o Plano de Pormenor da Várzea e que o que esperava era que tivesse havido forma de que se ficasse com uma noção do que é a Várzea e o que é que o Plano de Pormenor prevê, através da exibição dos mapas.

Havendo a possibilidade de satisfazer esta solicitação, e enquanto se instalava o equipamento foi dado início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Disse que algumas das questões que aqui iria colocar já as colocou anteriormente, dizendo esperar não acabar o mandato sem ver alguns desses problemas resolvidos, nomeadamente no que se refere às estradas da freguesia de S. Bento. Referiu-se depois ao facto de os moradores do Bairro de S. Miguel em Porto de Mós se queixarem da falta de iluminação pública e de que a GNR passa menos vezes, sendo isso um fator de insegurança para as pessoas. Referiu-se ainda ao estado de degradação de uma estrada na freguesia de Alcaria.-----

-----Referiu-se depois ao projeto de lei sobre o financiamento das autarquias pelo orçamento do estado.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Disse que segundo noticia do Portomosense a Câmara desiste de classificar o Arco da Memória, na freguesia de Arrimal. Diz-se ainda no mesmo texto que, por existência de deficiências de instrução consideradas insanáveis em tempo útil, a Câmara nunca mandou publicar os editais relativos à abertura do processo tendo em 2011, a Câmara comunicado à Direção Regional de Cultura do Centro que já não pretendia a referida classificação. Apesar dos títulos em jornalismo, serem muitas vezes apelativos e nem sempre corresponderem à realidade, fossem quais fossem as razões da Câmara e certamente que as houve, disse que queria pedir sobre este assunto alguns esclarecimentos. Dada a importância histórica daquele monumento perdido na serra, em que, e apesar da sua rudeza delimitava as terras do povo do concelho de Porto de Mós e os domínios do poderoso abade do Convento de Alcobaça, parecer-lhe-ia bem que, se possível, a Câmara reabrisse de novo o processo solicitando a classificação daquele monumento como estava previsto no início. Disse ainda achar que isso traria uma mais-valia para o concelho e para a própria freguesia de Arrimal. Lendo o texto do jornal pode concluir-se que o processo será complicado, moroso, mas com os técnicos que a Câmara já possui, certamente que não seria de todo impossível fazê-lo. Disse depois ainda congratular-se com o facto de a Câmara estar classificar esse monumento como de interesse público municipal.-----

-----Disse depois que queria solidarizar-se com o que Ana Narciso disse acerca do temporal e no que toca ao aspeto da Proteção Civil e do fator comunicações dizendo que algo poderá ser feito para melhorar a situação.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse que a sua intervenção se prendia com uma questão social que se passa neste concelho. Disse ter reunido com a população do Tojal de Baixo, tendo verificado uma situação que não sabe se está sinalizada em termos sociais pela Câmara. Disse depois que se trata de uma família carenciada onde um dos membros é uma deficiente mental profunda que tendo sido abusada sexualmente por várias pessoas deu à luz uma criança, que hoje sendo já um jovem adulto está no IPL no segundo ano de engenharia, sendo um excelente aluno não tem condições económicas para continuar a estudar, apelando à Câmara no sentido de alguma maneira conseguir minimizar esta questão.-----

-----Em relação ao Arco da Memória, referiu que é de lamentar que o processo de classificação de um monumento demore vinte anos e que no final seja deitado ao lixo todo o processo. Disse depois que não percebe a ideia de se classificar o Arco da Memória como monumento nacional dado que a Direção Regional de Cultura do Centro classificou há bastante pouco tempo um monumento nacional em S. Jorge – o Campo Militar de S. Jorge - com muito menos conteúdo arqueológico, documental e arquitetónico tendo deitado para o lixo o Arco da Memória, que até é muito mais antigo, pois data do séc. XI ou XII. Disse depois que se a Câmara quer reativar o processo de classificação do Arco da Memória como de interesse municipal, o que acha bem, deve também fazê-lo relativamente à Ponte de Rio Cavaleiro, que é tão importante ou mais do que o Arco da Memória.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Atendendo às dificuldades por que todos estão a passar, perguntou o que é que a Câmara Municipal pode fazer para ajudar a minimizar este estado de coisas, a nível social, ajudando a colmatar situações. Por outro lado, disse que as coisas também têm de ser vistas pelo lado positivo, sendo necessário criar estruturas para que as coisas possam ser diferentes no futuro, de forma a que se possam maximizar as potencialidades do concelho.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Disse que antes de mais queria fazer um pedido à Câmara Municipal referindo que na vila de Porto de Mós as obras de requalificação estão praticamente concluídas, mas que há um trabalho que devia avançar e que se trata de um estudo geral de reorganização do trânsito.-----

-----Depois, na sequência do que foi dito por Carlos Vieira e António Meneses Teixeira sobre a classificação do Arco da Memória, disse que não queria acrescentar nada mas apenas congratular-se porque já foram aqui falados mais dois ou três monumentos que estavam esquecidos, mas há muito mais, e classificar um monumento, seja ele qual for, como foi feito com a Estrada Romana de Alqueidão da Serra em 1990, é o mesmo que atirar a classificação fora, porque

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nunca se fez nada. A única intervenção que se fez lá foi feita pela Junta de Freguesia que teve que arranjar um especialista na matéria o que é incomportável para o cofre de uma Junta de Freguesia.

Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD):

Usando da palavra disse que foi falado recentemente na comunicação social que era intenção do Governo encerrar a maioria das Pousadas da Juventude existentes no País e que pretende apenas, pelo menos diretamente, a exploração de uma por distrito. Ao ouvir as palavras da boca do próprio ministro, subentendeu que possivelmente a Pousada da Juventude de Alvados estaria comprometida. Disse querer saber se a Câmara Municipal já tomou conhecimento dessas decisões, se já tomou alguma iniciativa para tentar evitar esse desfecho, se tem alguma proposta para a continuação da exploração da Pousada da Juventude, uma vez que o próprio ministro disse que estaria aberto a uma parceria com algumas Câmaras Municipais para a sua exploração ou se vai deixar que o tempo resolva as coisas como tem deixado acontecer em muitas outras situações.

Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):

Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara referiu que a curva do Carloto é um grande problema havendo lá acidentes praticamente todos os dias.

Continuou depois referindo-se à sinalização existente em Cruz da Léguas e que tem vindo a ser objeto de vandalismo.

Referiu-se depois ao temporal que assolou a região, dizendo que no Juncal houve habitações que estiveram cinco dias sem luz e os próprios bombeiros também estiveram largas horas sem comunicações. Disse ser de lamentar que no jornal O Portomosenso se venha dizer que houve apenas dezanove saídas dos bombeiros na freguesia do Juncal que foi uma das mais fustigadas pelo mau tempo neste concelho.

António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – PSD):

Referiu-se à degradação que tem vindo a ocorrer nos caminhos rurais, mas essencialmente nos caminhos florestais da sua freguesia. Esses caminhos vão sendo reparados com o esforço da Câmara e da Junta de Freguesia, mas ultimamente tem vindo a verificar-se uma degradação mais acentuada devido à utilização desses caminhos pelos madeireiros. Lamentou depois ainda que exista aqui um parceiro, principalmente na zona de Parque Natural, que só aparece para cobrar taxas, não exercendo qualquer fiscalização neste tipo de casos, disse, referindo-se ao PNSAC. Continuou dizendo que hoje entregou na Câmara algumas fotografias elucidativas destas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situações, constituindo isso um pedido de ajuda para que em conjunto se consiga encontrar uma solução para responsabilizar aqueles profissionais.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PS):**-----

-----Ainda acerca do temporal, disse que só queria lembrar que aquele ocorreu num fim de semana perguntando se este tivesse ocorrido durante a semana com escolas e empresas a funcionar, que tipo de medidas havia propostas, que tipo de meios, de recursos para fazer face à situação. Disse ainda que se tem de aprender com estas situações e que se agora foi de lamentar, será de lamentar duplamente se ocorrer durante a semana.-----

-----Disse depois que o ano de 2013 foi escolhido para ser o Ano Europeu dos Cidadãos parecendo-lhe ser uma ótima altura para se aproximarem eleitos e eleitores, cidadão e decisores. Neste sentido, disse que gostaria de propor à Assembleia Municipal a criação da figura do Provedor do Município. Continuou dizendo ser uma figura que falta, no sentido de poder encaminhar propostas dos cidadãos e que esteja aqui disponível, que seja reconhecido pela Assembleia uma vez que emana dela, que tome posse perante o Presidente da Assembleia Municipal sendo uma figura que devia acontecer ainda durante este mandato. Fez esta proposta ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que poderá agendá-la hoje se assim o entender ou numa próxima sessão.-

-----O senhor Presidente da Assembleia respondeu a Ana Narciso dizendo-lhe que lhe faça chegar essa proposta concreta porque lhe parece ser demasiado importante para que não seja planeada.-----

-----**Hélder Paulino Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima – PS):**-----

-----A propósito do que disse o Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras acerca do problema dos madeireiros disse que as freguesias de Juncal, Calvaria de Cima e Pedreiras são assoladas diariamente pelos madeireiros e os caminhos é que têm sofrido com essa situação. Parte da freguesia de Pedreiras está inserida dentro do Parque Natural e a intervenção de António Rogério vai no sentido de pedir uma fiscalização do Parque onde se detete que há um corte de árvores.-----

-----Quanto ao texto que Ana Narciso colocou à mesa quanto ao temporal, disse que em S. Jorge houve casas que estiveram sem luz durante seis dias. Disse depois que ele próprio tentou mover influencias junto da EDP no sentido de o problema ser resolvido não o tendo conseguido dado que houve cortes de telefones, cortes de telemóveis, pelo que as comunicações foram sempre muito difíceis. Disse depois que Ana Narciso não tem razão, porque desde as Juntas de Freguesia até à Câmara Municipal, todos intervieram no sentido de a situação se resolver com a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

celeridade possível, salientando o esforço enorme que foi feito pela EDP. Acrescentou ainda que a gravidade dos estragos provocados pela intempérie aqui no concelho, foi também potenciada pelo facto de os proprietários não limparem as árvores junto das linhas.-----

----- Referiu-se depois ao sucedido hoje na Assembleia da República onde esteve presente de manhã. Disse lamentar que um texto que foi apresentado pelo PSD fosse uma cópia de outro que lhe foi dado por Alexandre Patrício Gouveia, Presidente da Fundação Batalha de Aljubarrota, há quatro ou cinco meses atrás. Continuou dizendo que as grandes intervenções que foram feitas hoje na Assembleia foram do Partido Socialista e do Partido Comunista, que realmente estão a defender a população de S. Jorge.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que iria começar pela proposta de Ana Narciso, dizendo pensar que a ideia do Provedor do Município só peca por tardia e que se deve arranjar uma solução que não acarrete custos para a Câmara Municipal.-----

-----Disse depois que queria trazer aqui a questão da ética na política dizendo querer parecer-lhe que tem havido falta dela neste País. Quanto à questão de S. Jorge, disse que se procurou aqui localmente não a politizar, tendo havido da parte do Partido Socialista algum ciúme quando o PSD foi convidado a ir falar com o Presidente da Fundação. Disse depois que em 24 de fevereiro de 2012 foi aqui elaborado um documento com a sua colaboração e com António José Teixeira em que se prontificavam a arranjar uma Comissão para servirem de moderadores nesta questão. Disse ainda que em 2007 foi criada uma Comissão para tratar do assunto de S. Jorge e que foi publicada em Diário da República. Em junho de 2009, a Câmara Municipal aprovou a proposta do vereador Jorge Cardoso no sentido da elaboração do Plano de Pormenor de S. Jorge, atendendo à questão da ZEP. Foi publicado em 2009 o aviso da Câmara com o mapa, cuja demarcação, segundo percebe, é igual à ZEP que hoje existe. Em 2010, foi classificado o Monumento Nacional. Disse depois que o projeto do Partido Socialista presente na Assembleia da República foi chumbado com alguns votos do Partido Socialista e com os votos da maioria e o do PSD foi aprovado com os votos do PSD e do CDS e com alguns votos do Partido Socialista entre os quais a ex ministra da Cultura Gabriela Canavilhas. Continuou dizendo que tudo o que atrás disse se passou durante Governos do Partido Socialista. Disse depois que tendo lido a parte final do projeto do PSD que foi aprovado, concluiu que este vai no sentido de dizer à Câmara para resolver a questão do Plano de Pormenor.-----

-----Disse depois que a questão da ética passa também por outras situações, referindo que na anterior sessão desta Assembleia, o senhor Presidente da mesma perguntou aqui à Câmara para quando o início de determinada obra, tendo-lhe sido respondido que se iniciaria na semana seguinte. Tanto quanto viu, ainda não se iniciou. Continuou depois dizendo que eles próprios,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deputados municipais, que foram eleitos para defender o interesse das pessoas chumbaram aqui na sessão passada uma proposta que ia no sentido da retificação dos índices de localização dos imóveis para baixar o IML, perguntando onde está a ética.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que quem recusou participar na comissão que foi aqui aprovada em fevereiro do ano passado foi o IGESPAR.-----

-----Na sequência de solicitação da deputada Ana Narciso, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a parte final da proposta apresentada pelo PSD e aprovada na Assembleia da República sobre a questão do Campo Militar de S. Jorge: *"A Assembleia da Republica resolve nos termos do nº 5 do artigo 166º da Constituição da Republica Portuguesa, recomendar ao Governo que: 1 – no âmbito das suas competências de tutela face ao acordo de parceria estabelecido entre o IGESPAR, atual Direção Geral do Património Cultural e o Município de Porto de Mós, diligencie no sentido da conclusão do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Campo Militar de S. Jorge; 2 – promova a instalação e dinamização da Comissão de Acompanhamento do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Campo Militar de S. Jorge nos termos previstos pelo Despacho nº 29 764/2007 de 27 de dezembro, suscetível de revisão, tendo em conta o desenvolvimento do projeto Fundação Batalha de Aljubarrota e o envolvimento das populações e autarquias locais; 3 – empreenda a valorização do Campo Militar de S. Jorge pelo seu interesse científico, pedagógico, cultural e económico, nomeadamente através da melhoria de condições de apoio à preservação do Monumento e no âmbito do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota para melhor fruição coletiva do espaço arqueológico, museológico e paisagístico."*-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra às técnicas superiores Helena Oliveira e Ester Vieira a fim de concluírem a apresentação acima iniciada, acerca do Plano de Pormenor da Várzea.-----

-----No uso da palavra, Helena Oliveira passou a dizer que o Plano de Pormenor da Várzea de Porto de Mós, é um plano cuja aprovação inicial data de 1996, ou seja, para uma dinâmica territorial, enquadramento legal e a própria postura perante o planeamento muito diferente do que temos atualmente. Este procedimento que terminou em dezembro último foi para fazer algumas alterações pontuais, que se concentram fundamentalmente em três zonas: na zona do Internarché, onde ocorreram duas alterações, uma no próprio lote destinado ao equipamento comercial, que por necessidades de ampliação do equipamento existente sofreu uma alteração da área de implantação da própria construção. Mais à frente, na zona do hotel, disse que esta zona esteve sujeita a uma suspensão parcial do Plano que findou, pelo que teve de ser incluído no Plano inicial aquilo que efetivamente foi concretizado no território.-----

-----Outra das alterações é a questão da VDG1 que foi implantada no terreno diferentemente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do que estava aprovado em Plano, o que propiciou um diferente enquadramento dos lotes que para lá eram propostos. Esta alteração na implantação dos lotes significou também uma diminuição no número de lotes pelo facto de entretanto ter entrado em vigor o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros que interditava naquela zona a construção e a mobilização de terreno em toda a área que tivesse um declive superior a 20%. Isso obrigou a redesenhar aquele loteamento e a mudar a implantação por forma a não se entrar em desconformidade com um plano de hierarquia superior. A última alteração foi na zona da empresa Recauchutagem 32, dado que no plano inicial aquele edifício ficou omissa da cartografia, o que originou que fossem propostos lotes na área do logradouro do edifício, situação que teve que ser corrigida e que propiciou uma alteração à Reserva Ecológica do Concelho e atualmente com a entrada em vigor deste plano a situação é solucionada.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)** pediu a palavra para perguntar o que é que se pode fazer do outro lado do rio, perguntando em concreto se ali se pode construir o quartel dos bombeiros, tendo-lhe sido respondido pelas técnicas presentes que não.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dar alguns esclarecimentos aos anteriores intervenientes, dizendo que finalmente a lei da REN foi alterada, deixando de ser necessária a declaração de interesse público municipal para que uma empresa se possa legalizar.-----

-----A **Ana Narciso** disse que é muito fácil criticar e que é muito mais difícil é estar no terreno, dizendo que ele próprio e muitos Presidentes de Junta aqui presentes estiveram no terreno dia e noite, sendo no entanto certo que houve situações que lhes fugiram ao controlo e que eles não podiam solucionar. Disse depois que esta deputada revela uma falta de sensibilidade e de reconhecimento por aquilo que as forças de proteção civil do concelho fizeram, nomeadamente os bombeiros de Porto de Mós, de Mira de Aire e do Juncal, a Proteção Civil Municipal, a GNR e a própria EDP.-----

-----A **António Ferraria** disse que a questão levantada de buracos na estrada é recorrente, e agora com o inverno que se tem feito sentir, essa situação tende a agravar-se. Disse depois que se está a espera que o tempo melhore para que se resolvam as situações mais urgentes.-----

-----Quanto ao agravamento de impostos, disse que a situação é alarmante mas que as autarquias pouco podem fazer pois estão muito limitadas.-----

-----A **António Pires** disse que a sua intervenção foi meramente demagógica pois ele próprio corrigiu o senhor Presidente da Câmara de Caldas da Rainha quando este disse que tinha o IMI mais baixo do País, tendo-lhe dito que não era verdade porque Porto de Mós tinha o IMI mais baixo. Disse ainda que o IMI foi aumentado de 0.2 para 0.3 por imposição do Governo do seu partido, e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este aumento equivale a 50%.-----

-----A **Carlos Vieira** disse que a questão do Arco da Memória está a ser acompanhada de muito perto e com muita preocupação tendo havido uma enorme dificuldade em o classificar como monumento de interesse publico nacional.-----

-----A **António José Teixeira** disse que, quanto aos casos sociais tem conhecimento de muitos, pedindo a todos os deputados municipais que tenham conhecimento de outros que os façam chegar à senhora vereadora da Ação Social que tem feito um excelente trabalho nesta área.-----

-----Quanto à Ponte de Rio Cavaleiro, disse ser uma questão pertinente e que é um local que gostaria de ver requalificado.-----

-----Quanto às duas pontes romanas citadas pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que se aguarda o tempo melhorar de forma a intervencionar aquelas construções.-----

-----A **Carlos Venda**, disse que a zona industrial de Porto de Mós se iniciou em 1986, tendo-se andado 17 anos na primeira fase. Este executivo, em 7 anos fez a 2ª e a 3ª fase, havendo neste momento lotes disponíveis para as empresas que quiserem ali instalar-se, havendo uma ligação direta à EN1, e considerando-a uma das melhores zonas industriais da zona centro, pois está no centro dos principais eixos rodoviários.-----

-----A **Rui Marto**, sobre a reorganização do trânsito, disse que o estacionamento junto à Câmara passará a ser pago, com a instalação de parquímetros.-----

-----Quanto à problemática da classificação disse que esse é um problema nacional e que muito do património classificado é deixado ao abandono.-----

-----A **Luís Monteiro**, disse acerca da Pousada da Juventude, que essa é uma questão que o preocupa. Disse ter havido já reuniões com a Movijovem no sentido de se ultrapassarem diferendos que existiam com um protocolo, situação que já está esclarecida. Quanto à sua reabertura, a informação disponível é que a Pousada apenas estará fechada durante os meses de inverno, por questões económicas, mas que logo que haja alguma dinâmica em termos de turismo da natureza, na nossa região, o espaço será reaberto. Disse ainda que sabe haver por parte do Governo alguma pressão para que algumas Pousadas da Juventude sejam vendidas a particulares.-----

-----Quanto a **Joaquim Santiago**, disse que a curva do Carloto é uma das situações prioritárias a resolver.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à questão dos semáforos, disse que a responsabilidade da substituição desses equipamentos é das Estradas de Portugal e não da Câmara que tem apenas a responsabilidade da sua manutenção.-----

-----A **António Rogério Vieira** disse que a situação referida dos madeireiros é uma preocupação, dizendo que se irá intensificar a fiscalização nesse sentido.-----

-----A **Ana Narciso** respondeu ainda que reconhece que há falhas e o sistema de comunicações não funcionou e que estas situações servem para que se possa emendar o que está mal.-----

-----A **António Pires** disse acerca da ética política, que aquilo a que se assiste hoje é tudo menos ética política por parte de Paulo Batista que levou para a Assembleia da República um documento que foi feito pelo Dr. Patrício Gouveia, há quatro ou cinco meses. Quanto à Comissão que o anterior interveniente referiu sobre a questão de S. Jorge, já não existe, tendo caído com a alteração da lei e com a demissão do Governador Civil. Quanto ao Plano de Pormenor disse que para que se possa fazer tem de se saber qual a área objeto desse plano de pormenor. Tendo a ZEP caído não havia área determinada. Neste momento já há nova ZEP que foi objeto de impugnação judicial, dado que o documento se encontra ferido de nulidade em vários aspetos. Concluiu dizendo que o Plano de Salvaguarda só é possível fazer-se para uma zona que esteja bem definida.-----

-----Referindo-se à estrada que vai da Ribeira de Baixo para o Tojal, disse que a obra começou na semana seguinte, contrariamente ao que António Pires disse, porque a obra começou com a armação do ferro nas oficinas da Câmara.-----

-----Quanto à questão do IMI vai-se escusar de comentar porque não é este executivo que tem culpa no que está a acontecer.-----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----O senhor Presidente da Assembleia passou a dizer que neste período, quem quiser usar da palavra se pode inscrever, procedendo-se depois à entrega dos prémios a Matilde Vieira e a Mafalda Amendoeira, entregando também a Câmara a medalha de prata à Associação Serviço e Socorro Voluntário de S. Jorge.-----

-----Disse ainda que na última sessão da Assembleia quando foi atribuído o prémio aos atletas que se distinguiram, fez um elogio aos atletas dizendo que tinha muito orgulho neles, sendo de inteira justiça esse reconhecimento.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Mafalda Amendoeira**, passou a dizer que pratica Kendo, que é uma arte marcial. O senhor Presidente da Assembleia enunciou os prémios alcançados pela atleta, nomeadamente dizendo que foi 1º lugar nacional de 2009, 1º lugar mundial em 2010, 1º lugar nacional em 2011, 3º lugar mundial em 2012.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia passou a enunciar os prémios alcançados pela atleta **Matilde Vieira**, dizendo que é campeã distrital de 200 metros livres, campeã distrital de 400 metros livres, 2º lugar 200 metros costas, entre outros, tendo participado em inúmeros torneios sempre com imensas distinções e praticando nataçãõ desde os seis meses de idade.-----

-----**Lurdes Pereira** usou depois da palavra expondo um problema referente a uma obra que a Junta de Freguesia de Calvaria de Cima levou a efeito em S. Jorge junto da sua moradia, colocando calçada a um nível superior ao seu logradouro não deixando assim escoar as águas que ali se acumulam. -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder à anterior interveniente dizendo que quando se fazem obras o objetivo é melhorar as condições de vida das populações. Disse ainda que por vezes essas obras colidem com alguns interesses particulares. Referiu ainda que foram técnicos ao local bem como o senhor vereador **Fernando Monteiro** que passou a esclarecer a situação.-----

-----**Hélder Paulino Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima – PS)** usou da palavra também de forma a poder esclarecer a situação dizendo que antes de se iniciarem as obras, houve a necessidade de se dialogar com os proprietários porque estava previsto o alargamento do passeio não tendo esta senhora sido receptiva a diálogos.-----

-----Depois de expor o assunto disse que a única correção a fazer aos trabalhos realizados é a colocação de uma grelha que será proximamente colocada.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou depois a fazer a entrega dos diplomas de mérito atribuídos às atletas **Matilde Vieira** e **Mafalda Amendoeira**.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara passou a dizer que em reunião da Câmara Municipal, por unanimidade, no âmbito dos vinte e cinco anos da Associação Serviço e Socorro Voluntário de S. Jorge e por proposta do senhor Vereador da Cultura foi deliberado distinguir esta Associação com a medalha de prata - altruísmo.-----

-----Desta forma, chamou o representante da **Associação Serviço e Socorro Voluntário de S.**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Jorge para fazer a entrega da medalha de prata - Altruísmo, agradecendo o bom trabalho que estão a fazer em prol do concelho.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima, Hélder Paulino Ferreira usou também da palavra para dizer que, sendo ele um dos fundadores desta Associação, este é um momento que muito o sensibiliza, agradecendo à Câmara e a todo o corpo diretivo desta Associação.-----

-----**Nuno Rebocho**, na qualidade de representante da Associação Serviço e Socorro Voluntário de S. Jorge, usou da palavra para agradecer ao senhor Vice Presidente da Câmara o ter proposto esta homenagem, agradecendo a todo o executivo camarário bem como a toda a Assembleia Municipal. Disse ainda que iriam tentar durante os próximos tempos, que não vão ser fáceis, implementar uma serie de ações, projetos e atividades que querem fazer em prol da população em geral, contando, para isso, com o apoio de todos.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Concessão de exploração do Bar/Restaurante das Piscinas Municipais e do Bar de Apoio às piscinas exteriores;**-----

-----Usando da palavra, o senhor Vice Presidente da Câmara passou a explicar que este assunto já veio aqui a esta Assembleia há sensivelmente dois anos, vem agora de novo porque a empresa que explorou este espaço não teve sucesso, razão pela qual se pretende voltar a lançar este concurso para preservar o imóvel, para lhe dar utilidade, para rentabilizar e espaço e ser mais um polo de atração de pessoas a Porto de Mós.-----

-----Disse ainda que, optou a Câmara por descer a renda, o que tem a ver diretamente com o período de crise que o setor atravessa, passando a ter uma renda inicial de quinhentos euros, subindo no segundo e terceiros anos 10% e oscilando depois com o índice de preços ao consumidor. Disse depois que foi incluído neste concurso, sem mais encargos para os concorrentes, o pequeno bar de apoio à piscina exterior e que funcionaria durante o verão.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse lamentar o insucesso desse empreendimento que não está ter os resultados que todos esperavam. Continuou dizendo que neste caso a Câmara gastou dinheiro não estando a rentabilizar o investimento, havendo também centenas de casos no concelho onde as pessoas gastaram o seu dinheiro, sendo ainda penalizadas com taxas cobradas pelo município. Disse que isso devia levar a uma reflexão sobre as taxas que se estão a cobrar a todos os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estabelecimentos que desenvolvem este tipo de atividade. -----

-----**Maria Teresa Jorge Gomes (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que aquele espaço era muito mal frequentado, apelando ao executivo para que tenha a preocupação de conhecer a pessoa que vier a ganhar a concessão no sentido de saber se se trata de pessoa idónea, sendo muito importante que se mantenha o bom ambiente nomeadamente quando são espaços que são frequentados por jovens.-----

-----Não havendo mais intervenções foi este ponto da ordem de trabalhos - **Concessão de exploração do Bar/Restaurante das Piscinas Municipais e do Bar de Apoio às piscinas exteriores:** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com uma abstenção.**-----

-----**2. Concessão de Exploração do Bar – “Docas 2” do Parque Verde da Vila:**-----

-----O senhor Vice Presidente passou a dizer que este ponto tem alguma semelhança com o anterior, sendo o edifício que se situa no Parque Verde da Vila.-----

-----Tendo aquele espaço sido já explorado, foi encerrado pelo explorador na sequência de ações de fiscalização excessivas. Foi depois aberto um novo concurso que ficou deserto. Decidiu agora a Câmara abrir novo concurso com vista à exploração do espaço acima referido. Disse ainda que a renda se cifrará no primeiro ano em duzentos euros, no segundo duzentos e vinte e no terceiro duzentos e quarenta e um euros.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que, acerca desta concessão, não concorda que este caso seja igual ao anterior, e que continua cheia de dúvidas acerca da ausência das construções na zona de construção verde *aedificandi*, reafirmando que não estão lá e dizendo que nem sabe se está em condições de aprovar a concessão de uma coisa que não existe no papel. Independentemente disso, e se de facto esta Assembleia está em condições de aprovar a concessão de uma doca que ainda não viu em lado nenhum, a não ser já construída, quer lembrar aquilo que foi dito exatamente nesta mesma assembleia em 2011 por Rui Marto da bancada do Partido Socialista, e que acha que faz todo o sentido, passando a ler a intervenção deste que consta da ata da sessão de 30 de setembro de 2011: "*Referiu que anteriormente veio aqui o pedido de autorização apenas para um dos módulos, dizendo que mantém o disse na altura, de que os valores continuam a ser muito baixos. Atendendo a que se vai transformar dois espaços em um, ficando o outro mais pequeno vazio, perguntou se não seria de se equacionar um projeto para o conjunto dos três*" pedindo que oçam pelo menos o que vem da bancada do Partido Socialista.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu-se ainda à intervenção de Luís Carlos Monteiro também naquela sessão e às dúvidas que este levantou em relação às licenças tendo sido dito aqui, citando Luís Monteiro "que algumas dessas licenças seriam da responsabilidade da Câmara Municipal que não as emitiu atempadamente" o que terá motivado as ações de fiscalização de que foi alvo o estabelecimento. Continuou dizendo que não sabe se não se trata de mais um espaço que vai promover os comportamentos desviantes dos jovens que foram apontados por Teresa Gomes. Disse achar que se devem promover espaços que proporcionem outro tipo de comportamentos de qualidade entre os jovens, que não passem por mais álcool. Concluiu dizendo não concordar com isso e se já da outra vez que este assunto aqui veio discordou e votou contra, mais razões tem hoje para votar contra uma proposta destas.-----

-----**Rita Isabel da Silva Pereira (PS):**-----

-----Disse que o que queria questionar era se eventualmente não surgirem candidaturas a esta proposta ou mesmo se a atividade implementada não tiver sucesso, se não há possibilidades de desenvolver outro tipo de atividade naquele espaço. Considerando a área e o espaço em si, poderia ser repensado o tipo de atividade a ser ali desenvolvida.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Salientou o facto de se estar num período muito difícil da economia e nem todas as ideias que se julgam boas o são, dizendo que não vê problema em que se desenvolva ali outro tipo de atividade. Disse depois que a Câmara não está numa situação muito boa para fazer muitas exigências, sendo natural que não apareçam muitas pessoas interessadas em realizar negócios atendendo à situação calamitosa da economia.-----

-----O senhor Vice Presidente usando da palavra disse que a situação mais fácil quando há dificuldades é as pessoas acomodarem-se, dizendo que isso não lhe parece correto e que seja qual for a situação que surja deve ser encarada. Disse depois que aquele espaço foi criado para este efeito e respondendo a Ana Narciso disse que existe no papel e existe no terreno. Poderá ter outra utilização quando o executivo alterar o uso a que neste momento se destina. Nesta altura é de tentar ocupar o espaço com a atividade para que foi concebido, porque isso trará mais sinergias à vila.-----

-----Não havendo mais intervenções foi este ponto da ordem de trabalhos - **Concessão de Exploração do Bar – “Docas 2” do Parque Verde da Vila** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com um voto contra, três abstenções e vinte e seis votos a favor.**-----

----- **3. Regulamento da Venda Ambulante do Município de Porto de Mós e 4. Regulamento**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Porto de Mós;-----

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra disse que iria expor ambos os regulamentos atendendo à interligação existente entre eles e que tem a ver com a adaptação à legislação que entretanto foi publicada. Quanto ao ponto três, Regulamento de Venda Ambulante, disse que o anterior tinha trinta anos, passando a destacar as alterações mais relevantes e que constam dos documentos que foram oportunamente distribuídos a todos os deputados municipais.--

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Referiu que seria interessante quanto ao Regulamento de Venda Ambulante que a Comunidade Intermunicipal organizasse um cartão único para todos os concelhos e portanto um cartão que fosse intermunicipal. Referiu-se depois ao tamanho dos tabuleiros, dizendo achar graça à precisão das medidas dos tabuleiros dos vendedores ambulantes. Acrescentou ainda que, se for a Câmara a disponibilizar os tabuleiros isso já não é bem assim, o que achou curioso face à igualdade de oportunidades que não estão aqui salvaguardadas. Continuou dizendo que outra questão que a preocupa, enquanto cidadã deste concelho, se prende com os horários dos estabelecimentos e com a falta de conciliação entre quem tem direito ao lazer e quem tem direito ao sossego. Disse depois que até aqui, eram apenas as Festas de S. Pedro que tiravam o sono à população, mas agora já há outras situações, com bares com música ao vivo e karaoke, dizendo ser necessário algum cuidado com esta conciliação e que isso é um indicador de urbanidade e de civismo. Disse depois que acha que a concessão de horários de funcionamento destes estabelecimentos até às duas da manhã é um exagero.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Disse ficar espantado com o facto de haver regulamentos tão complexos e tão extensos. Passou depois a tecer algumas considerações ao conteúdo dos mesmos referindo que eles deviam ser obra também dos deputados municipais, ou no mínimo, dos líderes de bancada.-----

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS):**-----

-----Disse relativamente ao ponto 2 do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos disse que tem a seguinte manifestação pessoal a apresentar: vive num lugar que se chama Ferraria tendo sido confrontado, num passado recente, com a criação de uma danceteria junto daquele local, desconhecendo as pessoas que vivem aqui na vila o ambiente que lá existe, não havendo descanso possível principalmente aos fins de semana, pela anarquia ali existente em todos os aspetos. Assim sendo, não faz sentido estar a aprovar-se um regulamento de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

funcionamento e de horários quando depois não há maneira de o aplicar.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Disse que queria aqui fazer dois reparos quanto ao Regulamento de Venda Ambulante, dizendo que junto com os documentos distribuídos, foi junto um parecer da DECO, tendo a Câmara aceitado duas sugestões dadas por esta entidade, tendo alterado o regulamento nesse sentido. Em sua opinião, devia também ter aceitado outras duas sugestões que a DECO deu e que são: ser solicitado o registo criminal atualizado como elemento instrutório do referido pedido no artigo 8º do Regulamento. Depois, o parecer da DECO também refere omissões dizendo o seguinte: nada é mencionado no projeto do Regulamento relativamente à exigência de seguro de responsabilidade civil para cobertura de eventuais danos causados a terceiros. Por uma questão de salvaguarda da própria Câmara Municipal e dos consumidores, disse achar que devia ser obrigatório exibir este seguro, a introduzir nos deveres dos vendedores, no artigo 31º.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que havia duas propostas de alteração, propondo o deputado Virgílio Casimiro que no artigo 7º, nº 1 do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, se acrescente "*depois de todos os clientes serem servidos*" e o nº 2 seja cortado. No Regulamento da Venda Ambulante, a deputada Olga Silvestre propõe que no artigo 8º fique "*seja solicitado o registo criminal do requerente*" e no artigo 31º, nas omissões se faça alusão a um seguro obrigatório.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder dizendo que disse no início que isto resulta da adequação à legislação em vigor, havendo aqui muita coisa que não depende da Câmara nem da Assembleia Municipal. A questão que **Virgílio Casimiro** aqui refere, não é de todo possível dizendo que a GNR tem levantado autos de notícia de contraordenação por esses factos.--

-----Quanto às propostas apresentadas por **Olga Silvestre**, disse que segundo o Gabinete Jurídico da Câmara não é obrigatório essa apresentação porque um comerciante pode ter tido alguma infração não o podendo impedir de continuar a sua atividade.-----

-----O senhor Presidente da Câmara acrescentou ainda que estes regulamentos já estiveram em discussão pública, tendo sido pedidos pareceres à Direção Geral do Consumidor, à DECO, à ACILIS e à GNR, sendo que já resultam das análises das reclamações que entretanto surgiram.-----

-----Virgílio Casimiro pediu ainda a palavra dizendo que isto é um exemplo de que os líderes de bancada e o senhor Presidente da Assembleia Municipal teriam toda a legitimidade em analisar estes documentos e recomendar alguns pontos à Câmara.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara disse ainda que todos os regulamentos municipais estão a ser alterados por força da necessidade da sua adequação à legislação em vigor.-----

-----**Luís Monteiro**, usando da palavra, disse ser importante que, futuramente e para que episódios destes não voltem a acontecer, que a Câmara envie aos deputados municipais os regulamentos que estiverem em discussão pública.-----

-----Assim sendo o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação, como foram apresentados, ou seja sem qualquer alteração o **Regulamento da Venda Ambulante do Município de Porto de Mós**, que foi **aprovado por maioria com quatro abstenções e vinte e seis votos a favor**.---

-----Seguidamente colocou a votação o **Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Porto de Mós** tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com um voto contra, três abstenções e vinte e seis votos a favor**.-----

-----**5. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**-----

-----Sobre a informação, e dado que foi oportunamente distribuída a todos, disse que iria dispensar-se de a ler, deixando apenas duas ou três notas que tem a ver com o abastecimento de água, dizendo que se continua a investir muito neste setor.-----

-----Seguidamente o senhor Vice Presidente fez o ponto da situação quanto à atividade que tem vindo a desenvolver junto das Estradas de Portugal acerca do problema da falta de sinalética no IC9 referente a Porto de Mós.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):** --

-----Usando da palavra disse que queria apenas fazer um comentário quanto à redução do consumo de água não faturado em dois trabalhos que estão a ser feitos apelando a que a Câmara continue o bom trabalho nesse sentido dizendo que talvez seja desta forma que se conseguirá abater o défice de água existente. Disse depois que por outro lado queria também referir as situações de apoios sociais, dizendo que foram 458 beneficiários e treze inscrições num trimestre, o que quer dizer que à partida existe uma família nova todas as semanas, apelando a que Câmara faça tudo o que estiver ao seu alcance para fomentar o trabalho para as pessoas.-----

-----**Rita Isabel da Silva Pereira (PS):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse que queria alertar a Câmara para uma situação, dizendo não saber se efetivamente a mesma já sinalizada e que é em concreto a existência de uma grua que está junto a um prédio em construção na Avenida da Igreja, sendo urgente a sua remoção dado que pode constituir um perigo para os moradores da zona e para os transeuntes.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Passou a perguntar ao senhor Presidente da Câmara, face a uma informação que leu no jornal o Portomosense acerca da anulação de uma deliberação de Câmara sobre a atribuição de lotes às empresas enunciadas dado que as mesmas não poderiam proceder à legalização dos lotes sem que a Câmara procedesse à aquisição dos terrenos que faltavam para concluir essa fase, perguntando em que é que isto se traduz em termos práticos.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU)**, passou a referir-se ao problema da sinalização para Porto de Mós, uma vez que as pessoas não sabem onde fica Porto de Mós, devendo trabalhar-se no sentido de resolver este problema.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Disse em relação à informação do senhor Presidente da Câmara, no seu ponto 6, quando fala da execução de cartografia à escala 1/2000 para elaboração do Plano de Pormenor da Salvaguarda do Campo Militar de S. Jorge. Este Plano Pormenor fazia parte da Comissão de Acompanhamento que foi criada no âmbito do Governo Civil de Leiria, sendo ele próprio na altura Assessor do senhor Governador Civil e tendo sido ele a elaborar o despacho que foi publicado no Diário da Republica. Referiu-se depois à ética política aqui mencionada por António Pires, dizendo que também teceria algumas considerações acerca desse assunto. Depois do trabalho que esta Assembleia fez, com base técnica e científica e em que os deputados votaram a favor de uma moção de desclassificação do Campo Militar de S. Jorge, propondo uma nova classificação, com uma única abstenção, os senhores deputados da Assembleia da Republica partidarizaram uma coisa que não o estava. Mais do que isso, criaram clivagens ainda mais profundas, ou seja, não se compreende que o PSD e principalmente o deputado Paulo Batista que, em conversa ao almoço, lhe disse uma coisa, mais tarde vai propor outra na Assembleia da Republica. Disse ainda que também não é ético que o PSD faça tábua rasa do trabalho que foi feito pelos eleitos locais. Por ultimo, disse acreditar que em relação à problemática do Campo Militar de S. Jorge, ainda muita água vai correr. Em relação ao Plano de Salvaguarda, é evidente que ele está agarrado a uma ZEP, pelo que na altura tinha caído, conforme referiu o senhor Presidente da Câmara. Continuou ainda dizendo que o próprio IGESPAR nunca viu com bons olhos a proposta da Comissão de Acompanhamento da altura.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Referindo-se depois às consequências do temporal, disse que cada vez mais os ciclos climáticos tendem a ter alterações profundas devido à nossa atuação enquanto predadores deste planeta, havendo que ter essa consciência e estar preparados para essas eventualidades. -----

-----Quanto à Cultura, disse que queria perguntar ao senhor Vereador do Pelouro qual o tratamento a que os materiais em ferro que estão expostos aqui no Salão Nobre foram submetidos, porque lhe parece que as peças têm um grau de oxidação muito forte.-----

-----**António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – PSD):**-----

-----Disse que queria aproveitar para divulgar a 3ª Prova Cega de Vinhos que terá lugar em Pedreiras nos dias 16 e 17 de março, de vinhos produzidos na freguesia.-----

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS):**-----

-----Usando da palavra, referiu-se aos efeitos do temporal, dizendo que se as linhas aéreas forem subterrâneas evitam-se os problemas acontecidos. Outra solução para que o senhor Presidente da Câmara e a Proteção Civil do Concelho não sejam tão criticados, disse, é que proporá na próxima Assembleia a constituição de uma Comissão de que farão parte deputados municipais, com o fim de auxiliarem na resolução desses problemas. Referiu-se depois à obra de requalificação da zona ribeirinha que a Câmara está a realizar por detrás da Igreja de S. Pedro, elogiando-a.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Perguntou ao senhor Presidente da Câmara em que fase é que está o PDM e se há uma previsão para a sua conclusão.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Usando da palavra perguntou se a escola Dr. Luciano Justo Ramos vai continuar no agrupamento, ao que respondeu a senhora vereadora da Educação dizendo que não há indicação para o seu encerramento. Adiantou ainda que houve uma reunião do Conselho Municipal de Educação onde esteve representada a antiga DREC sendo que uma das questões que foram levantadas, foi no sentido de, em conformidade com a nova reorganização, ou seja, com a fusão dos Agrupamentos do Concelho, se se corria o risco de haver o encerramento de alguma das escolas, tendo sido aqui garantido que o motivo desta reorganização não implicava de maneira alguma o encerramento de qualquer escola do concelho. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Ana Narciso** continuou, dizendo que iria agora sim, formalizar a proposta do Provedor do Município, que passou a ler:-----

-----PROPOSTA-----

-----"2013 é o Ano Europeu dos Cidadãos, oportunidade para refletirmos sobre o projeto europeu e o seu futuro mas também abordar formas de aproximar cada vez mais os cidadãos aos decisores políticos ou entre eleitos e eleitores. Não há um modelo único de Provedor, mas todos se caracterizam pela independência, imparcialidade que se traduz num estatuto de equidistância, pela acessibilidade, não é necessária a constituição de advogado para provocar a sua intervenção, pela informalidade, não há prazos rígidos, petições formais, recursos, etc., pela gratuidade e pela falta de poderes decisórios, isto é, não tem poderes para revogar ou alterar decisões administrativas, mas apenas poderes de recomendação aos órgãos que fiscaliza com vista a prevenir e a reparar as falhas detetadas. Mais, nesta proposta esta figura não terá qualquer acréscimo de despesa, uma vez que será prestado a título gratuito, ou seja, serviço cívico puro, que é de serviço à comunidade sem qualquer remuneração."-----

-----Ana Narciso disse que a proposta está feita esperando que seja agendada em próxima sessão respondendo-lhe o senhor Presidente da Assembleia dizendo que gostaria que os líderes das bancadas conversassem entre si de modo a definirem certos detalhes e um nome que seja consensual.-----

-----**Rita Isabel da Silva Pereira (PS)** pediu ainda a palavra para questionar acerca do alargamento da EB1 de Porto de Mós, perguntando se já foi adquirido o terreno para esse efeito. Perguntou ainda se a estrutura existente desaparece para dar lugar a um complexo novo ou se irá ser construído um novo edifício anexo ao existente sendo este também requalificado.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo a Rui Marito quanto à questão da poupança e eficiência em termos de água está a dar os seus frutos havendo que intensificar a deteção de fugas no concelho dado que existem grandes perdas em termos de águas o que implica também grande consumo de energia elétrica na respetiva bombagem. O apoio social que referiu é uma preocupação diária, disse, sendo acompanhadas todos os dias novas situações pelo Pelouro de Ação Social.-----

-----A **Rita Pereira** disse que o terreno está verbalmente adquirido, tendo já sido formalizadas as condições de pagamento. Disse depois que o edifício existente será aproveitado. Quanto à questão da grua que citou acima, disse que sendo uma questão que o preocupa, a mesma se encontra em propriedade privada, não sendo fácil obrigar o proprietário a retirá-la.-----

-----A **Carlos Venda** disse que a questão que colocou é pertinente passando a explicar o que na altura se passou e que foi o facto de as empresas que adquiriram os lotes terem acordado com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Câmara, dado que esses lotes eram pequenos e não eram suficientes para as suas pretensões, que os lotes que ficavam por detrás e são imediatamente contíguos lhes fossem reservados. Neste momento, às empresas em questão já não interessam os lotes que pretendiam pelo que foi anulada a deliberação para que esses lotes fiquem libertos de qualquer compromisso.-----

-----A **António Ferraria** disse que quando alguém não sabe onde fica Porto de Mós, pergunta se não conhecem as grutas de Mira de Aire, dizendo que Mira de Aire é concelho de Porto de Mós.-----

-----A **António José Meneses Teixeira** disse que subscreve tudo o que disse. Quanto à questão do museu municipal, disse que a questão é pertinente mas que existe neste momento uma técnica da área da conservação e restauração que está a acompanhar o assunto. Quanto à Ponte Rio Cavaleiro, disse que o arranjo daquele espaço é muito pobre para o contexto e para o que aquela edificação merece estando previsto um projeto de arquitetura para intervencionar aquele espaço de forma a conferir-lhe a dignidade que merece dado que o património que ali se encontra é muito interessante, e raro, o que lhe dá ainda mais relevo.-----

-----A **António Rogério** disse que a Prova de Vinhos que este iniciou na freguesia de Pedreiras é uma aposta ganha felicitando-o por isso.-----

-----A **António Almeida**, disse depois que percebeu o humor com que aquele se referiu ao facto de se enterrarem as linhas por forma a não serem derrubadas pelas árvores.-----

-----A **Olga Silvestre** sobre o PDM, disse que neste momento saiu a nova lei da REN que implicou alterar a Carta da REN. Disse que o PDM está bastante adiantado mas que agora terá de ser adaptada a Carta da REN à nova lei. Quanto a previsões para o fim deste processo disse não saber mas manifestou o seu empenhamento no mesmo.-----

-----A **Ana Narciso** disse que a conservação da Escola Dr. Luciano Ramos é da responsabilidade da Câmara, com base no protocolo assinado, tendo as obras que lá foram efetuadas sido feitas nesse âmbito.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações: 1. Concessão de exploração do Bar/Restaurante das Piscinas Municipais e do Bar de Apoio às piscinas exteriores; 2. Concessão de Exploração do Bar – “Docas 2” do Parque Verde da Vila; 3. Regulamento da Venda Ambulante do Município de Porto de Mós; 4. Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Prestação de Serviços do Município de Porto de Mós, tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade.** -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 00.30 do dia 23 de fevereiro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

